



## **Cartas e Educação Jesuíticas: Memórias da Segunda Vinda dos Jesuítas Portugueses ao Nordeste do Brasil.<sup>1</sup>**

Carlos Ângelo de Meneses Sousa  
Programa de Pós-graduação em Educação  
Universidade Católica de Brasília – UCB  
[cangelo@ucb.br](mailto:cangelo@ucb.br) / [cangelos@uol.com.br](mailto:cangelos@uol.com.br)

Palavras-chave: História da Educação Brasileira; Jesuítas; Educação na República.

A Companhia de Jesus, desde as suas origens, teve o desvelo de registrar a vida da Ordem em suas diversas atividades, tanto no que se refere à sua ação *ad extra*, como as atividades apostólicas na sociedade, quanto *ad intra*, isto é, suas ações cotidianas institucionais internas. Para tanto foram criados, por exemplo, as cartas *anuais* e a história das casas que deveriam ser registradas sistematicamente e guardadas em três arquivos, quais sejam, na Cúria da Ordem em Roma, no arquivo da Província e no arquivo de cada casa. Tanto é o zelo por estes registros que, os superiores se mostram atentos a qualquer descuido e imprecisão. Em nossa pesquisa sobre a ação política e educativa dos jesuítas portugueses no nordeste do Brasil, no século XX, a partir da expulsão sofrida por esta Ordem, depois do advento da República em Portugal (1910), verificamos tal fato em diferentes momentos das cartas destes superiores para as suas diversas casas.

O contexto sociopolítico em que foram escritas suas cartas, cotejadas nesta pesquisa que é parte de uma investigação maior envolvendo diversas universidades do nordeste do Brasil coordenado pela Professora Maria Juraci Maia Cavalcante da

---

<sup>1</sup> Apresentado no GT “Fontes e Métodos em História da Educação” durante o VII Congresso Brasileiro de

Universidade Federal do Ceará<sup>2</sup>, data especialmente de 1917 a 1920 e, para este artigo focou-se, sobretudo, entre outras documentações e obras dos jesuítas portugueses, nas missivas relacionadas aos acordos e tratativas de fundação e ações educativas desenvolvidas no Colégio Nóbrega em Recife. As mesmas foram redigidas em cidades europeias, sobretudo naquelas em que abrigaram a Província lusitana dispersa, como Tuy e Pontevedra(Espanha) e em Salvador(Brasil). A Província portuguesa se encontrava dispersa e necessitava sobreviver, preservar sua unidade e continuar sua história, em outras terras em que o antijesuitismo não estivesse fortemente ameaçador. A situação em alguns países europeus não era tranquila, por exemplo, na Espanha e esse, entre outros motivos, ensejou uma maior vinda de jesuítas portugueses para o Brasil. Estas cartas como fontes históricas se constituem, em nossa pesquisa, um dos pontos de construção historiográfica da ação política e educativa dos jesuítas portugueses no nordeste do Brasil.

A metodologia, do conjunto da pesquisa, adotada parte da localização e construção de fontes historiográficas, documentais, jornalísticas, orais e iconográficas, com vistas a promover uma leitura cruzada, buscando-as em arquivos e bibliotecas das

---

<sup>2</sup> Projeto de Pesquisa intitulado: Ação Política e Educativa dos Jesuítas Portugueses de Volta ao Nordeste do Brasil no Século XX. Cujos objetivos e metas, conforme redação apresentada no mesmo, são:

- 1) entender a decisão de migrar e o pronto acolhimento dos Jesuítas portugueses por figuras proeminentes do Clero e da República do Brasil;
- 2) articular a dinâmica estabelecida pela rede de instituições escolares da Ordem, que viria a fundar o Colégio António Vieira e a sede da Província dos Jesuítas Portugueses, na cidade de Salvador, estendendo-a depois para Sergipe, Belém do Pará, São Luís do Maranhão e Recife, em Pernambuco, onde fundam o Colégio Manoel da Nóbrega e uma Residência;
- 3) examinar a chegada e fixação dessa Irmandade no Ceará, para instalar um Noviciado e Casa de Formação;
- 4) intenta oferecer uma alternativa de análise e olhar externo à Companhia de Jesus, com o auxílio de outras fontes historiográficas, documentais, jornalísticas e orais;
- 5) a meta principal deste estudo é examinar a participação desses Jesuítas na construção de um projecto de educação nacional, e formação de dezenas de jesuítas brasileiros, entre eles, o principal historiador da obra missionária da Companhia de Jesus no Brasil colonial, o Padre Serafím Leite.

diversas cidades onde os jesuítas se radicaram, para analisar o papel que esses religiosos e educadores tiveram, com a ajuda de autoridades católicas e da nossa elite política, no contexto da Primeira República e do Estado Novo, na discussão e definição de um plano local e nacional de educação, face à aliança firmada entre a República do Brasil e a Igreja Católica para a modernização conservadora da sociedade brasileira.

### **Cartas jesuíticas portuguesas no exílio**

Vale destacar, conforme mencionamos na introdução, que o registro das ações dos jesuítas foi uma constante na história da Ordem, inclusive por se tratar de uma questão regulamentar, normatizada, desde a fundação do instituto. Entre os vários registros, as cartas ocuparam lugar de destaque e classificação. Elas tinham uma função estratégica para o governo da Companhia de Jesus, por permitir ter notícias das diversas casas e missões, informando-o sobre diversas dimensões da ação jesuítica, bem como do contexto em que se dava, assim como por manter viva a memória e o ardor missionário, na partilha entre os seus membros, robustecendo os laços de irmandade e propagando os feitos das missões interna e externamente, tanto em suas dificuldades, desafios, quanto em suas vitórias e conquistas *ad maiorem Dei gloriam*<sup>3</sup>. O fato é que Inácio de Loyola, primeiro Superior Geral da Ordem, bem como um dos fundadores, havia prescrito um conjunto de orientações sobre o que e o como escrever, cujas prescrições foram sistematizadas na *Formula Scribendi*, inseridas nas Regras da Companhia de Jesus em 1580. (RODRIGUES, 2010).

Perseguidos, presos e expulsos de Portugal, pela terceira vez, com a instauração da República em 1910, os jesuítas da Província lusitana, sob o comando do seu Provincial, o Pe. Luiz Gonzaga do Valle Coelho Pereira Cabral, ou apenas Pe. Luiz Gonzaga Cabral, se dispersam por vários países da Europa e, como não poderia deixar de ser, para a Terra de Santa Cruz, como chamara o Brasil, o Pe. Azevedo(1911), em seus

---

<sup>3</sup> Expressão latina *ad maiorem Dei gloriam* ou *ad majorem Dei gloriam* adotada por Inácio de Loyola que significa “para a maior glória de Deus”, frequentemente encontrado no acrônimo: AMDG.

escritos na obra “Proscritos”, publicado na Espanha e na Bélgica, que visava dar a conhecer publicamente as circunstâncias e situação da Companhia de Jesus, quando da revolução de Portugal, com a instauração da República, bem como realizar uma autodefesa em um contexto de exílio.

Em outra publicação, agora em terras brasileiras, o Pe. Cabral na introdução da obra “Jesuítas no Brasil – Século XVI”, no sugestivo subtítulo “Influência dos Jesuítas – A Lenda e a História”, discorre sobre algumas lendas e calúnias a respeito dos jesuítas e, em dado momento, menciona sobre o episódio da oposição a vinda dos jesuítas portugueses ao Brasil<sup>4</sup>, após sua terceira expulsão de Portugal. Toma a citação, extraída da obra “Os Jesuítas e o Ensino”, do ministro da Guerra na presidência de Epitácio Pessoa, J.P. Calógeras, e assim discorre:

[Calógeras] escreveu estas palavras duplamente valiosas por sahirem da penna de quem em muitos pontos soffria ainda - estou convencido que de plena boa-fé - a influencia de inveterados preconceitos sobre casuística e methodos jesuíticos: “Não ha talvez exemplo mais flagrante de injustiça collectiva do que a reputação opprobriosa dos JESUITAS”(1). E pouco abaixo accrescenta: - “Não haveria exaggeração em dizer que elles são os grandes calumniados da Historia” (2). (CABRAL,1925, p.21)

Tal trecho deixa claro o intento do jesuíta de apresentar uma outra visão do que se divulgavam sobre os jesuítas, especialmente de uma literatura de “Panegyristas e caluniadores”, dentro e fora de Portugal, conforme a transcrição do sumário da parte introdutória da referida obra, senão vejamos:

---

<sup>4</sup> Trata-se do episódio da negação do pedido de entrada dos jesuítas portugueses pelo Governo do Brasil, na presidência de Nilo Peçanha. Maiores informações ver Araújo (2004, p.248) e Azevedo(1986, p. 9-14).

Processos velhos e novos – Panegyristas e calumniadores - Dentro e fóra de Portugal - O Jesuita no Romance, no Pamphleto e no Documento - A lenda post-pombalina em Portugal e no Brasil - Justiça posthuma - Influencia e influencias - Plano da Monographia - Influencia professional; influencia social; influencia nacional. (CABRAL, 1925, p.2)

O referido autor que na coleção da mesma editora já havia publicado outros volumes sobre discursos acadêmicos e peças de teatro, justifica a razão que o levara “para os campos da História” era justamente a diversificação temática, a fim de que não houvesse monotonia para o leitor, bem como, por ter sido um convite do “Director e Coordenador Litteráreo” para que ele escrevesse sobre a influência dos jesuítas no Brasil quinhentista, e em suas palavras: “este meu trabalho ainda não apareceu na História da Colonização. Auctorizaram-me a publicá-lo previamente em separata. Entendi que as primícias dele, com ligeiro alterar de redação, pertenciam de direito à minha segunda Pátria, o Brasil”. (CABRAL, 1925, p.11).

Certamente o Brasil se tornou um dos principais destinos dos jesuítas portugueses dispersos, tanto pela afinidade linguística, quanto por ter sido esta a terra onde esta mesma Companhia havia, há alguns séculos, desenvolvido um grandioso e notório trabalho de evangelização e educação, fazendo jus ao que Nóbrega havia dito sobre o Brasil “Esta é nossa empresa”.

### **Das primeiras ações educativas dos jesuítas portugueses no nordeste do Brasil**

Fato histórico curioso, a ser destacado, foi o de que entre os primeiros jesuítas a regressarem ao Brasil, especificamente à Salvador, onde a Companhia de Jesus tinha iniciado seus trabalhos e fundado por Manuel da Nóbrega seu primeiro colégio, o Colégio dos Meninos de Jesus, em 1549, e mais tarde, em 1759, todos os jesuítas foram expulsos de Portugal e de seus domínios, conseqüentemente, do Brasil, pelo marquês de Pombal, havia um descendente desse nobre português. Era o Pe. Alexandre de Aseredo Coutinho Cardoso Castelo, ou apenas Pe. Alexandre Castelo, bisneto de Pombal. ( COSTA, 1937, 404). Ele foi designado a ser o primeiro diretor do Colégio Antônio Vieira.

O centro irradiador e precípua da ação missionária educativa dos jesuítas portugueses foi Salvador, em sua primeira fundação, após a sua chegada, isto é o Colégio Antônio Vieira. O manuscrito encadernado da “História Collegii Bahiensis Antônio Vieira”, datado do ano de 1911, assim registra o albor dessa obra:

Quando a Companhia de Jesus foi expulsa de Portugal em Outubro de 1910, o Pe. Provincial de então, Pe. Luiz Gonzaga Cabral, enviou ao Brasil para preparar um lugar à toda a Província portuguesa os Padres: João Arraiano, Júlio do Rosário, Alexandre Castelo, José Balazeiro, Guilherme Vilas Boas e Antônio Menezes; este era sócio do Provincial e chefiava todos os outros.

Aportaram no Rio de Janeiro, no dia 24 de novembro [de 1910]. Todos viam claro que seria difícil construir aí uma província “sui juris” se não fora das regiões ocupadas por outras províncias jesuíticas; havia já bastantes padres e irmãos portugueses no Brasil, então pareceu-lhes bom se transferir à cidade de São Salvador na Bahia para dar aí início a uma residência, que nos era oferecida pelo Revmo. Arcebispo.

Por isso, no fim de dezembro de 1910, à Bahia veio o Pe. José Celestino Balazeiro com os irmãos Joaquim Diaz e Joaquim da Fonseca para preparar o mais necessário. Em janeiro de 1911, seguiram os padres Francisco de Paulo Barcellos, Salustio dos Santos e Alexandre Castelo, este com função de superior. Foram mui amavelmente acolhidos pelo arcebispo e, aos 7 de janeiro, deram início à residência de Santo Antônio da Barra. (HISTORIA Collegii Bahiensis Antônio Vieira 1911)

Cabe aqui destacar que, embora tenha havido uma “mui amável” acolhida por parte do clero baiano, sobretudo do seu Arcebispo Dom Jerônimo Tomé da Silva, ex-aluno da Companhia de Jesus no Pio Latino Americano, em Roma (AZEVEDO, 1986 p.8 ) e de algumas autoridades como o Prof. Felinto Basto, catedrático da Faculdade de Direito da Bahia, ocorrera também reações contrárias. Além do episódio já mencionado da dificuldade inicial de desembarque dos jesuítas portugueses no Rio de Janeiro, registra-se que em Salvador integrantes da Liga Anticlerical e alguns jornais manifestaram publicamente uma posição contrária e de não acolhida aos inicianos. Entre os opositores se destacavam dois doutorandos de Direito, Isaías Alves de Almeida e Perylo de Assis Benjamim, e os médicos Deraldo Dias de Moraes e Luís Pinto de Carvalho, além do acadêmico Jackson Figueiredo. Este último, mais tarde se tornara um baluarte do pensamento católico brasileiro. ( FERNANDES, 1989, p.8).

A imprensa local nos jornais “O Diário de Notícias”, “O Jornal de Notícias”, “A Gazeta do Povo”, “A Bahia” e “O Diário da Tarde” publicaram uma série de notícias sobre essa polêmica. Um exemplo disso podemos ver no “Diário de Notícias” que publicou um longo editorial, em sua edição de 11 de fevereiro de 1911, intitulado “Os Jesuítas na Bahia”, opondo-se à sua vinda, mesmo já estando os jesuítas em Salvador e, por fim, conforme uma citação extraída do mesmo jornal, na obra “A guerra dos Párcos: episódios anticlericais na Bahia” de Thales de Azevedo(1991, p.75), se menciona que os jesuítas alojados na Residência de Santo Antônio e no casarão da Rua do Sodré mais pareciam “[...] fidalgos que aqui vieram fazer uma viagem de recreio, do que expulsos da pátria por pecados que, certamente, por nós não foram cometidos.”, bem como em outro trecho irônico adverte, diz que a batina que os jesuítas usavam não devia ser “ [...] um premunitivo contra os feios pecados que levaram Portugal, desde os tempos monárquicos, a combater os ádvenas que aqui pretendem ser educadores”.

Ainda neste escrito, o editor alertava aos leitores sobre a idoneidade moral dos jesuítas para o ensino mencionado:

[...] no governo de Dom Manoel, portanto em pleno regime monárquico, os jesuítas já tinham sido acusados de graves faltas, que foram conquistando as raivas do nobre povo português, republicanos e monarquistas, e despertando a ação da monarquia contra eles. [...] Acusados de falhas gravíssimas que determinaram a sua expatriação do belo torrão natal, poderão legal e escrupulosamente ser armados de prerrogativas pelo governo brasileiro, sem que a qualquer concessão a eles feita, precedam as precisas investigações sobre seus precedentes solicitados ao Governo de Portugal pelos meios que a diplomacia sugere? (Diário de Notícias, 11 fev. 1911 apud AZEVEDO, 1991, p.74-80 )

Segundo Thales de Azevedo (1991, p.85) embora pudesse parecer uma questão de marco ideológico, tal expressão pública decorria de medidas lisboetas e objetivava “criar dificuldades à integração dos banidos ao novo-meio, temendo sua concorrência à rede escolar regional”.

O fato é que pela ação do Pe. Alexandre Castelo, os jesuítas portugueses, em 15 de março de 1911, inauguraram o Colégio Antônio Vieira superando todas as dificuldades inicialmente encontradas e dando prosseguimento ao que consideravam, conforme o redator do manuscrito, História Collegii Bahiensis Antônio Vieira”, datado

também do mesmo ano, “tudo isso parecia a coisa melhor, não apenas para a nova Missão brasileira, como também para a Província Portuguesa, pois, naquele tempo, todos os nossos estavam convencidos de que toda a Província seria transferida para o Brasil, o que de fato não aconteceu.”

Além do Colégio Antônio Vieira, o Arcebispo de Salvador solicitou aos jesuítas que abrissem um colégio em Caitité, anuindo a um pedido do Vigário da mesma cidade. Assim foi criado o “Instituto São Luiz de Gonzaga”, em Caitité, onde residia a família Ramos Teixeira, na qual nasceu Anísio Teixeira que fora estudante, tanto neste instituto, quanto no Colégio Antônio Vieira. Sobre esta obra, embora não devamos nos alongar com detalhamento, devido à limitação do número de laudas do artigo, vale a pena destacar um registro sobre como os jesuítas portugueses avaliavam certos modos de proceder do sistema educacional escolar do Brasil, a partir de um escrito do Pe. Antônio Gonçalves em 1915 sobre o resultado do ano letivo na referida obra:

O anno correu bem, graças a Deus, e os exames foram bons, ainda que houve algumas reprovações, o que não fez nada mal à fama do colégio, antes pelo contrário, pois o systema cá no Brazil é aprovar toda a gente com distinção, ainda que não saibam nada. ( GONÇALVES, 1915 apud AZEVEDO, 1986, p.44 )

Contudo, o Instituto não teve longa duração, tendo sido fechado logo após a criação da Escola Normal em 1925 e inaugurada em abril de 1926.(AZEVEDO, 1986, p.45 ). As dificuldades em mantê-lo, bem como as inúmeras e novas demandas para um pequeno contingente de jesuítas inviabilizaram a continuidade da obra, além de outros detalhes. Avaliamos também que a criação de um outro colégio em Pernambuco, o Colégio Manuel da Nóbrega, em 1917, que demandou mais jesuítas possivelmente tenha contribuído tal quadro, pois conforme Azevedo(1986, p.44) “ [...] em 1916, os Consultores da Missão já estavam pensando no seu fechamento [...]”.

Antes de passarmos para a nossa última exposição, sobre a fundação do Colégio Nóbrega, devemos destacar que, como era praxe no modo de agir dos jesuítas, os seus colégios serviam de base para tantas outras atividades missionárias, além da atividade propriamente educativa escolar. Em Caitité, o Pe. Sallustino dos Santos, em 1913, escreveu uma longa carta ao Pe. Reitor d’ Alseberg, um interessante relato de como via os costumes e a hospitalidade do povo do sertão baiano:



A “santa missão” é um acontecimento para todo o povo, sobre tudo para o sertanejo. A santa missão alvoroça o povo simples e o comércio. Com muita antecedência é preciso avisar-se o dia: as comunicações são difíceis; fazem-se as mais das vezes de viva voz por meio de pessoas que vão a pé para uma terra e daí do mesmo modo passam a outros. [...] As vindas para a missão são precedidas de um arranjo na casa, que se deixa por muitos dias [...] A chegada do “santo missionário” saem grupos de cavaleiros a seu encontro e ter-se-ia desdouro para a terra se o padre entrasse só ou pouco acompanhado. Os sinos tocam, o regozijo manifesta-se pelos foguetes e morteiros e pela assistência de todo o povo. As moças vestidas de branco, as filhas de Maria e associados, se os hea na terra, as escolas com suas professoras e a musica esperam em filas o padre e o acompanham processionalmente ou à igreja ou à casa de hospedagem.[...] É consolador ver esses bandos de gente: uns a pé com trouxas às costas e os filhos na “carcunda” isto é nas ancas, outros guiando burros trazendo os viveres e crenças nas broacas. Alojamos aqui e acolá e depois veem visitar o padre, o santo missionário. Trazem uns galinhas, outros ovos, aipim, batata doce, bananas; houve mocinha que me deu embrulhado num papel grosseiro um vintém, outra dois ovos em folha de bananeira. Pode o missionário alimentar-se de galinha e beber ovos a vontade que ainda ficarão com que ajudar a casa de quem se hospeda e os pobres que a ele acodem. Gente ingenua, corações sinceros, almas inocentes!!! (SANTOS, Pe. Sallustino dos. Carta. Jan.1913, p. 25s)

Em outra passagem da mesma carta, apresenta sua visão eurocêntrica, como dificilmente poderia ser diferente, sobre o sertanejo como seres de “mentes rudes”, “perdidos nos matos, sem comunicação com gente” e concorda com a definição de que eles são “animas religiosos”, contudo, também, reconhece nos mesmos, a partir de uma perspectiva da fé, uma “virtude occulta” e que a “vida divina” se manifesta palpavelmente, isto é, valora-os em suas condições. Percebe a visão positiva do sertanejo, senão endeusada da figura do padre e sua importância para os mesmos. Em suas palavras:

Às 5 da tarde, de ordinário o sino toca, a gente accode; uns trazem esteiras em que se sentam, outros tripeças; as mulheres de ordinario sentam-se no capim, os homens fazem circulo em volta de pé. Os cantos atraem o povo, as lojas fecham-se, o terço começa cantado em coro. [...] cata-se o “a nós descei divina luz” e começa o sermão. Com que atenção, com que espírito ouvem a palavra divina que incompreensível e incompreendida bate naquelles ouvidos, impressiona aquellas mentes rudes, e fructifica nos corações bem formados!! É ali nos sertões que a virtude occulta e a vida divina da palavra do Mestre se manifesta palpavelmente; o pregador sente-o às claras. Se lhes perguntamos se entenderam, de ordinário não sabem dizer senão que é palavra de Deus; e de facto rarissimo é o que segue um raciocinio, ou percebe essas coisas

completamente novas, nauditas para aquelles seres perdidos nos mattos, sem comunicação com gente! Mas os olhos choram, as almas riem, estão radiantes de uma alegria nova e intima. Christo não pede àquelle povo senão que venha a Elle, não pede ao missionario senão que espalhe a semente; Elle se encarrega de a levar ao coração e de a fecundar naquella terra virgem boa. [...] O padre, um deus incógnito, mas um ser que naturalmente veneram, amam; deve ser bom o que diz, e da sua propria ignorância tiram que são maus e precisam dele para os levar ao ceu. Alguem definiu estes povos, sobretudo os do sertão: animaes religiosos. O padre, pode ralhar que eles o estimam; pode mandar-lhes o que quiser, se eles adregam intende-lo, cumprem: é o pastor, eles as ovelhas. [...] O sermão da despedida, que segue à procissão do Santissimo pela praça e carreiros, é sempre comovedor. A partida do santo missionário é como arrancar-lhes o coração do peito ou como a morte de um pae. Por isso não nos admiramos das lagrimas e soluços daquellas almas que amam o seu missionario e que o vão perder, talvez para sempre. Ah! Vida trabalhosa do missionario dos sertões do Brasil!! Como és consoladora com teus espinhos de cansaços extenuantes para o corpo e de amarguras pungentes para a alma zelosa! E lá sae o missionario entre as lagrimas e bênçãos de um povo que chora, para outro povo que a brados o chama. [...] E basta meu R.P. Reitor. Encomende-me a JESUS para me dar espirito e força e animo para por Elle trabalhar. (SANTOS, Pe. Sallustino dos. Carta. Jan.1913, p. 27-29)

Indubitavelmente, apesar de um certo encantamento com as virtudes religiosas do sertanejo, os jesuítas também observavam e relatavam em suas correspondências, a violência e brutalidade nos sertões, como podemos constatar na carta do Pe. Celestino Balazeiro ao seu Provincial, o Pe. Antônio Pinto, ao narrar o que enfatizava em seus sermões “ [...] constituição christã da família e horror ao derramamento de sangue ou respeito pela vida do próximo [...] ”, seguindo a carta a indicação de que no pequeno local em se encontrava, somente naquela semana tinha havido três mortes, bem como “Tudo tem rifle; nem é raro encontrar mulheres de fiação ao lado e rifle às costas”. (BALAZEIRO, Pe. Celestino. Carta 29.set.1914, p.31).

Como mencionado em outros parágrafos, essas cartas explicitam o desejo dos seus autores em manter viva a memória e o ardor missionário, na partilha entre os seus membros, robustecendo os laços de irmandade e propagando os feitos das missões interna e externamente, tanto em suas dificuldades, desafios, quanto em suas vitórias e conquistas, além de ser uma fonte privilegiada para o governo dos superiores da Ordem.

Passemos para a última exposição deste trabalho. Trata-se da fundação do terceiro colégio dos jesuítas portugueses no nordeste do Brasil, depois de sua segunda

vinda. No cotejamento das cartas sobre tal obra, encontramos uma série de elementos que evidenciam a lembrança e o desejo da restauração da Companhia de Jesus em Portugal. Viver no exílio e da forma como fora a saída de Portugal, isto é, perseguidos, presos e expulsos, indubitavelmente tal experiência deixa marcas na vida de qualquer um e um desejo de retorno, não seria diferente com muitos desses jesuítas, mesmo tendo iniciado a construção de uma Missão no Brasil, a Missão Setentrional da Província Portuguesa Dispersa. Ao tomar corpo, especialmente com a fundação de colégios, a Missão fazia com que os jesuítas portugueses tivessem que ponderar sobre esse crescimento e a possibilidade de uma abertura em Portugal e um possível retorno, o que demandaria o deslocamento de um considerável número de membros da Missão no Brasil, para a restauração de Província em Portugal, inclusive dos colégios. Vejamos a carta do Pe. Antônio Pinto, uma carta circular a todos da missão, escrita seis dias antes da inauguração do Colégio Nóbrega:

Ainda que em carta particular para VR. já encomendei ás orações de todos os NN. a suspirada graça de se nos abrirem as portas da pátria, resolvi agora escrever estas linhas, em carta circular, com o fim de insistir na mesma recomendação. Se amigos sinceros trabalham a nosso favor, trabalham também com afínco e ódio nossos inimigos. Cumpra portanto que, sem descurarmos os meios humanos, nos voltemos para quem só nos póde valer, que é Nosso Senhor.

Façamos pois violencia ao céu, com orações e penitencias; imploremos em nosso favor as misericórdias do S. Coração de Jesus, recorramos a Nossa Senhora, a S. José, ao Stº Padre Ignacio [...] rogando-lhe que salve Portugal na crise tremenda da hora presente e nos alcance de N.S. a graça de cooperarmos, pelos ministerios proprios da Companhia e segundo o espirito de nossa vocação, na grande obra de regeneração e salvação da nossa patria.

Neste mês invoquemos com especial fervor a S. José; e desejo que a novena antes do dia 19 se faça com culto particular e com benção do SSmo. Acrescentando-se no mesmo dia 19 o Acto de consagração da Companhia ao mesmo Santo patriarcha. [...] (PINTO, Pe. Antônio Oliveira. Carta. Murcia, 6 de Março de 1918).

O Colégio Nóbrega foi resultado de uma insistente e incansável solicitação de Dom Sebastião Leme que mesmo tendo a cidade de Recife, em 1917, um razoável atendimento de colégios, tanto laicos, quanto religiosos, já vislumbrava, pelo conhecimento da experiência da Companhia de Jesus, a criação futura de uma instituição católica de ensino superior, conforme Azevedo(1986, p.11). Décadas depois este desejo,

veio a se tornar realidade com a criação da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.

A inauguração do Colégio Manuel da Nóbrega ocorreu no dia 18 de março de 1917 com o número de vinte e sete estudantes, sendo nove internos, três semi-internos e quinze externos, de acordo com os dados apresentados na carta do Pe. José Celestino Balazeiro, Reitor do colégio, ao Provincial. (BALAZEIRO, Pe. José Celestino. Carta. Recife, 31.mar.1917).

O início, tal como em Salvador com o Colégio Antônio Vieira, os jesuítas enfrentaram dificuldades e desafios diversos, como a concorrência dos outros colégios existentes na época; o início atrasado das aulas e as críticas publicadas no jornal “A Noite” sobre a venda do histórico e conhecido Palácio Episcopal da Soledade aos jesuítas para instalarem seu colégio e outros desafios, conforme podemos acessar em pesquisas realizadas que versam sobre tal obra. O fato é que os jesuítas conseguiram ampliar o número de estudantes, até triplicá-lo, ainda no ano de sua inauguração, um decisivo indicador de reconhecimento da população pernambucana pela educação proposta pela Companhia de Jesus. ( AZEVEDO, 1986; SOUSA, 2012).

Além das atividades no colégio, os jesuítas desenvolviam várias outras lides pastorais na cidade de Recife e Pernambuco, tanto junto à Igreja, em suas diversas agremiações religiosas, quanto junto à população. Notório, segundo Foulquier(1940, p.84) foi a presença dos jesuítas durante o episódio da epidemia espanhola em 1918, prestando auxílio e ministrando os sacramentos à população.

Recife era um local geograficamente estratégico para a expansão e a comunicação entre as casas da Missão, que se alastrava para o Ceará, Piauí, Maranhão e Pará. Há uma série de cartas e outros registros que tratam das missões empreendidas pelos padres jesuítas nos sertões do nordeste, bem como narrativas de suas dificuldades, inclusive materiais, econômicas para manter e criar suas obras, como empréstimos, solicitação de doações e outras.

### **A guisa de conclusão**

Como selecionar documentos e cartas para uma pesquisa histórica depende da natureza da pesquisa e de seus objetivos. Segundo Erla Halldórsdóttir (2007, p.38) “uma

única letra pode, como tal, ser imensamente esclarecedora, cheio de informações sobre eventos específicos, as pessoas ou simplesmente a vida diária de um indivíduo em um determinado tempo e lugar”, que o desafio da ação de pesquisar está justamente em desenvolver frente as fontes um olhar sensível a capturar em um emaranhado de tessituras, os fios de uma narrativa individual e os fios de uma história mais geral, que se entrelaçam em um mesmo tecido.

Constatamos que as missivas jesuíticas tinham a importância de circulação das ideias, notícias das diversas casas e missões e gestão dos superiores da Companhia de Jesus e de manter aquecida a memória e o ânimo entre um grupo de exilados, o que não se constituía tarefa fácil.

Por fim, a carta, como prática de escrita, de registro de intenções e comunicação, sobretudo, em um grupo de exilados e membros de uma Ordem disciplinada na arte de registrar sua história, como a Companhia de Jesus, cabe asseverar que seu uso como fonte de pesquisa nos propiciou incursionar e desvelar aspectos importantes da sua presença e atuação, na época em foco, evidenciando seus lemas e dilemas na complexa e desafiante realidade de se fazer história, e história da educação em nossa terra.

## Referências

ARAÚJO, Antônio de. **Jesuítas e Antijesuítas**. Lisboa, Roma Editora, 2004.

AZEVEDO, Ferdinand. **A Missão Portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste (1911 – 1936)**. Recife, Fundação Antonio dos Santos Abranches–FASA, 1986.

AZEVEDO, Luis Gonzaga de. **Proscritos: Revolução de Portugal de 1910: primeira parte**. Valladolid(Esp.): Florencio de Lara Editor, 1911.

AZEVEDO, Thales de. **A guerra dos Párocos: episódios anticlericais na Bahia**. Salvador: EGBA, 1991.

BALAZEIRO, Pe. José Celestino. Carta do Pe. Celestino Balazeiro, SJ ao R.P. Provincial. Caitité, 29.set.1914. In: **Cartas Edificantes**.v.6.

BALAZEIRO, Pe. José Celestino. **Carta**. Recife, 31.mar.1917. ( Arquivo da Cúria da Companhia de Jesus – Salvador – BA )

CABRAL, Luiz Gonzaga . **Jesuítas no Brasil**( Século XVI). São Paulo – Cayeiras – Rio – Recife: Companhia Melhoramentos de São Paulo., 1925.

COSTA, Luis Moreira de Sá e. **Descendência dos primeiros Marqueses de Pombal**. Porto: Tipografia Costa Carregal. 1937.

FERNANDES, Cléa Alves Figueiredo. **Jackson Figueiredo**: uma trajetória apaixonada. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

FOULQUIER Joseph H. **Jesuítas no Norte**: segunda entrada da Companhia de Jesus (1911-1940). Salvador, 1940

HALLDÓRSDÓTTIR, Erla Hulda. Fragments of Lives—The Use of Private Letters in Historical Research. In: **Nordic Journal of Women’s Studies - NORA**, Vol. 15, No. 1, 35– 49, April 2007.

HISTORIA Collegii Bahiensis Antônio Vieira. Salvador, Arquivo do Colégio Antônio Vieira, 1911 ( Manuscrito encadernado ).

PINTO, Pe. Antônio Oliveira. **Carta**. Murcia, 6 de Março de 1918. ( Arquivo da Cúria da Companhia de Jesus – Salvador – BA )

RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros. *A Formula Scribendi* na Companhia de Jesus: Origem, Leitura Paleográfica e Fonte Documental para o Estudo da Ação dos Jesuítas. **X Encontro Estadual de História** – O Brasil no Sul: Cruzando fronteiras entre o Regional e o Nacional. UFSM/UNIFRA, 2010. Disponível em: [www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/.../1279402723\\_ARQUIVO\\_ST01-](http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/.../1279402723_ARQUIVO_ST01-)

Ahistoriografiaentreoparticular\_TextoAnaisdeLuizFernandoRodrigues.pdf Acesso em 23.jun.2012.

SANTOS, Pe. Sallustino dos. Carta do Pe. Sallustino dos Santos, SJ ao P. R. d' Alseberg. jan.1913. In: **Cartas Edificantes**.v.4.

SOUSA, Carlos Ângelo de Meneses. Cartas, Histórias e Educação Jesuítica: Apontamentos sobre os Primeiros Anos do Colégio Nóbrega (1917-1920). In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho ; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de; ARAUJO, José Edvar Costa de . (Org.). **História da Educação: República, Escola e Religião**. 1ed.Fortaleza: Edições UFC, 2012, v. 1, p. 293-306.